

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL ESPECIAL DE FÉRIAS

Período: Dezembro de 2008 a Janeiro de 2009

GEDES – Brasil

- 1-Governo Federal e Forças Armadas se mobilizam para dar operacionalidade ao Plano Estratégico de Defesa Nacional
- 2- Resumo da abordagem jornalística sobre a Lei da Anistia e a Ditadura Militar

1-Governo Federal e Forças Armadas se mobilizam para dar operacionalidade ao Plano Estratégico de Defesa Nacional

O ministro da Defesa, Nelson Jobin, estipulou metas para o ano de 2009 que abrangem primariamente as premissas lançadas pelo Plano Estratégico de Defesa Nacional, apresentado ainda em dezembro de 2008. O governo brasileiro e especificamente os militares se mobilizaram politicamente com intuito de viabilizar o projeto em suas diferentes áreas: naval, logística, nuclear e operacional. A compra de material militar é um dos principais pontos do Plano de Defesa. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, em 26/01/2009, analistas afirmam que a compra de material militar previsto incrementará o poderio militar brasileiro e podem elevar o peso político-estratégico do Brasil no exterior, chegando a uma capacidade equivalente a países europeus como Itália e Espanha, assumindo assim um papel internacional mais importante e compatível com as aspirações de um cargo permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, os 04 submarinos comprados da França serão os mais modernos da frota brasileira, porém a alteração maior no poder bélico ocorrerá com o submarino nuclear previsto para entrar em operação em 2020. O contra-almirante da reserva e doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Antônio Ruy de Almeida Silva, opinou que "a questão do submarino nuclear, para longo prazo, é uma mudança estratégica (...). Um país que tenha um submarino nuclear entra num seleto grupo de países do mundo, principalmente se domina a construção desse submarino. É uma mudança de patamar tecnológico e também estratégico". Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 21/01/2009, a construtora brasileira Norberto Odebrecht será sócia na construção de 5 submarinos contratados entre França e Brasil, de um estaleiro para a montagem dos equipamentos e de uma base naval no Rio de Janeiro. O projeto será viabilizado por uma *Joint venture* entre a empresa francesa, majoritariamente estatal, DCNS e a Odebrecht. A DSN dará assistência no designer da parte não nuclear do submarino. A escolha da Odebrecht, segundo informações da Marinha do Brasil, fora feita pela DCNS, para evitar controversias. Somado a isso, como informou a *Folha de S. Paulo*, desde 21/01/2009, o governo brasileiro passou a ser acionista da Indústria Aero Espacial – Avibras. Nenhum dos credores levantou objeção contra o processo, fato que permitiu a homologação do plano de recuperação da empresa. Desta forma, o governo será sócio da maior empresa brasileira de armamentos e deverá efetivar sua participação a partir de um "golden share", através do qual receberá o direito de vetar decisões tomadas pela diretoria da empresa. O ministro Nelson Jobin considera a parceria e o reestruturamento da Avibras fundamental para reerguer a indústria bélica nacional e facilitar a exportação e produção de armamentos. Outro ponto de destaque refere-se ao Projeto FX-2:

uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro a fim de reestruturar a Força Aérea Brasileira (FAB) dentro do novo Plano de Defesa Nacional. Em geral, o plano consiste na compra de 36 caças, os quais substituirão os atuais aviões de combate da FAB. Segundo a *Folha de S. Paulo*, em 05/01/09, a FAB proibiu que os concorrentes do projeto firmassem acordos de exclusividade com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), pois a empresa receberá transferência tecnológica exigida pela FAB no seu pedido de proposta,. Essa medida visa, além de fomentar a indústria nacional, evitar situação semelhante a que aconteceu na concorrência de 2002, quando não pode haver contrato com a fabricante vencedora, a fabricante sueca Saab, por vigorar uma convenção de exclusividade entre a francesa Dassault e a Embraer. No Projeto F-X2, as concorrentes são as empresas Boeing (Estados Unidos), a Saab (Suécia) e a Dassault (França). O custo estimado do Projeto é de US\$ 2 bilhões e existem três possibilidades para que a FAB realize a escolha do caça. A primeira delas é o caça americano F/A-18 Super Hornet, da Boeing, um avião com várias unidades operando, mas que não permitirá transferência tecnológica de seus sistemas, no entanto, a Boeing poderá oferecer outras tecnologias, como por exemplo os projetos de materiais de fibra de carbono. O F-18 é considerado o melhor caça da disputa, mas existe um receio de que se torne futuramente inoperante. O favoritismo recai sobre o Rafale F3, da Dassault. A versão F3 está em desenvolvimento, assim a transferência tecnológica pode ser mais proveitosa; já do ponto de vista político, Rafale continua como favorito, uma vez que o Ministério de Defesa é propenso a fechar acordos com Paris, mesmo que seja um avião caro e com problemas de escala industrial. A terceira possibilidade é o Gripen NG, da sueca Saab. O caça sueco é menor e monomotor, logo, mais barato que os concorrentes, mas é considerado um projeto terceiromundista além de estar sujeito a atrasos, na medida em que o Gripen é apenas um projeto, ainda não foi produzido. Para a *Folha de S. Paulo*, seja qual for a escolha feita pela FAB, os ganhos tecnológicos ficarão com a Embraer, assim a Força Aérea terá novos caças e uma indústria de suporte preparada para a manutenção os novos equipamentos por um longo período. Os concorrentes Dassault e Saab salientam que suas ofertas são uma alternativa ao poder militar-industrial estadunidense, já a Boeing não garante contratualmente vetos futuros à transmissão de tecnologias. Segundo a *Folha de S. Paulo*, 04/02/09, o brigadeiro Junitit Saito quer apressar a compra dos caças e assinar ainda em 2009 o contrato de aquisição dos 36 aviões de combate a fim de evitar a suspensão do projeto no próximo ano de sucessão presidencial. As propostas dos concorrentes foram entregues no dia 02/02/09 e serão analisadas até junho de 2009. Outro ponto do Plano de Defesa é o programa nuclear: conforme a *Folha de S. Paulo*, em 09/01/2009, os Estados Unidos cobraram, no dia 08/01/2009, maior adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TPN) – um dia após assinatura do protocolo adicional, que visa maior transparência na fiscalização. O Plano Nacional de Defesa prevê a possibilidade do desenvolvimento e uso da energia nuclear para fins bélicos. O Brasil abandonou seu programa nuclear com o fim da ditadura e se tornou signatário da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), organização que também cobra do Brasil sua assinatura do protocolo adicional. Segundo a agência, a adesão brasileira geraria maior confiança e solidez para as ações da agência no mundo. O governo brasileiro não se posicionou com relação ao fato, afirmando a necessidade de se estudar mais profundamente a questão, sendo que a posição no Plano de Defesa postula que "o Brasil zelará por manter abertas as vias de acesso ao desenvolvimento de suas tecnologias de energia nuclear. Não aderirá a acréscimos ao Tratado de Não-Proliferação de Armas

Nucleares sem que as potências nucleares tenham avançado na premissa central do tratado: seu próprio desarmamento". Atualmente, o Brasil passou a enriquecer urânio em território nacional, que é uma tecnologia dominada por poucos países. Segundo o *Estado S. Paulo*, 24/01/09, as inspeções terminaram dia 23/01/09 e foram feitas nas plantas da IND em Resende – estado do Rio de Janeiro – pela AIEA e pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), portanto, o Brasil poderá iniciar a produção em regime industrial. Segundo Mário Botelho, diretor de enriquecimento da ANB e oficial da marinha, a produção nacional visa à independência brasileira no processo de enriquecimento e resultará numa economia de até US\$100milhões anuais, porém isso ocorrerá somente a partir de 2012, quando as instalações devem ser ampliadas. Botelho salientou que a capacidade de alimentar as próprias usinas não é uma questão somente econômica, é uma questão estratégica, “é o momento em que vamos começar a andar com as próprias pernas, após muitas expectativas. O mundo está de olho no Brasil”. Finalmente, uma outra preocupação do governo brasileiro é ampliar seu contingente de adidos militares. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11/01/09 e 16/01/09, o número de adidos militares no exterior deve passar de 63 para 65. Será criado o cargo de adido de defesa na Índia e está em estudo a criação de mais um cargo nos Estados Unidos. O governo pretende ter 103 adidos até 2010, sob a alegação da necessidade de ampliação do contingente, dado que a importância internacional do país está crescendo no âmbito internacional. (Folha de S. Paulo – Internacional – 05/01/2009; Folha de S. Paulo – Opinião – 07/01/2009; Folha de S. Paulo - Brasil – 09/01/2009; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/01/09; Folha De S. Paulo – Nacional – 26/01/2009; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/02/09 – Brasil; Jornal do Brasil – Opinião – 05/01/2009; Jornal do Brasil – País – 04/02/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/01/2009; O Estado De S. Paulo – Nacional – 16/01/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/01/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/01/2009; O Estado De S. Paulo – Opinião – 06/02/2009).

2- Lei da Anistia e Ditadura Militar são discutidas

Durante janeiro de 2009, um dos assuntos comentados pelos jornais brasileiros referiu-se, especialmente, à ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), solicitando a revisão do alcance da Lei de Anistia a abertura dos arquivos secretos do regime militar brasileiro (1964-1985). Enquanto o Ministério da Justiça, a Casa Civil e a Secretaria de Direitos Humanos defendiam que a referida lei não abrangia os agentes do Estado que cometeram crime de tortura durante o regime, pois tal crime seria imprescritível de acordo com tratados assinados pelo Brasil em cortes internacionais, os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, em coro com a Advocacia Geral da União (AGU), defendiam o caráter “amplo, geral e irrestrito” da lei que, deveria perdoar também os agentes do Estado que atuaram na repressão. Resta ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir, em 2009, tanto sobre a punição ou não dos agentes que torturaram durante a ditadura militar quanto sobre a abertura ou não dos arquivos. Conforme publicado em 03/02/09, no periódico *O Estado de S. Paulo*, a AGU enviou ao STF, no dia 02/02/09, um parecer favorável ao caráter extensivo da lei, pela qual os agentes públicos foram perdoados e se eximiram da punição por processos abertos pelo Ministério Público. O parecer ressalta que a própria OAB, que move a ação no STF, emitiu em 1979 um parecer no qual afirmava e concordava que a anistia perdoava todos os crimes cometidos durante a ditadura, inclusive aqueles praticados por agentes públicos. Todavia, diversos setores do governo se opuseram ao documento da AGU. Segundo a Casa

Civil "o que houve (...) foi o estímulo a uma interpretação distorcida dos conceitos apresentados na lei e amplamente favorável ao ocultamento e à impunidade dos crimes cometidos por agentes públicos do regime ainda vigente", conforme reproduziu a *Folha de S. Paulo* em 05/02/09. Em 22/01/09, a *Folha* comentou que embora a decisão do STJ possa demorar, o Ministério Público Federal já havia apresentado à Justiça a primeira denúncia criminal contra militares por desaparecimentos durante a ditadura. O procurador Ivan Claudio Marx, da cidade de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul (RS), teria solicitado a investigação do desaparecimento de dois militantes de esquerda, o ítalo-argentino Lorenzo Ismael Viñas e o padre argentino Jorge Oscar Adur, que desapareceram quando cruzavam a fronteira entre Argentina e Uruguaiana em 1980. Os crimes teriam sido cometidos graças à Operação Condor, que reuniu os governos militares do Cone Sul para enfrentar os opositores aos regimes militares. O caso de Viñas está entre os de cidadãos de origem italiana que desapareceram durante as ditaduras na América do Sul. A Justiça Italiana indiciou 13 militares brasileiros e, em 2007, solicitou ajuda ao Brasil para que os acusados ainda vivos fossem julgados. O Brasil apenas reconheceu o desaparecimento de Viñas e pagou uma indenização. Em 21/01/09, os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Oswald Munteal e Tahirá Endo, em artigo no *Jornal do Brasil*, questionaram os efeitos dos 30 anos da Lei de Anistia, afirmando que sua revisão deveria "constar nesta agenda de encontro da sociedade brasileira com as sombras de sua história política". Baseando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, eles defenderam que o crime de tortura é imprescritível e que em outros países da América Latina o processo de "luta" encontra-se mais avançado, com a prisão de torturadores e a indenização para os perseguidos ou suas famílias. No Brasil, entretanto, afirmam eles, os torturadores continuam em liberdade, sem a devida exposição pública. O conflito de ideologias favoráveis ou não à sua punição permanece em aberto. Ainda referente ao período da ditadura militar brasileira, foi bastante comentado o aniversário de 40 anos da decretação do Ato Institucional n. 05, de 13/12/1968, a rígida perseguição política dele resultante e a posterior volta à democracia no Brasil. Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 16/01/09, o presidente do STF, Gilmar Mendes, afirmou que "os atos institucionais foram o meio encontrado de quebrar as garantias, seguranças institucionais e a própria ordem constitucional para viabilizar o regime de exceção", ou seja, através dessas medidas, tentava-se submeter o poder Judiciário ao Executivo, tornando este último inquestionável dentro do sistema brasileiro. Também em coluna opinativa, à *Folha de S. Paulo* de 16/01/09, o presidente nacional da OAB, Cezar Britto, afirmou (referindo-se à cassação dos ministros do STF Victor Nunes Leal, Hermes de Lima e Evandro Lins e Silva, que perderam seus cargos em virtude dos poderes do AI-05) observando que "quando se cassa um magistrado por agir com independência, atendo-se apenas à lei, são os próprios fundamentos civilizatórios que estão sendo afrontados". Reparar tal gesto, pois, transcende a esfera meramente individual e abrange a própria instituição da Justiça". Além da lembrança do AI-05, outros tributos à memória dos acontecimentos daquela época controversa foram recentemente criados. Em 24/01/09, *O Estado de S. Paulo* relatou a reabertura do antigo prédio do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), como memorial da resistência ao governo militar. O projeto faz uso das celas usadas como prisões para representar a trajetória do órgão e, segundo o diretor da Pinacoteca, Marcelo Araújo, "a restauração foi feita a partir das memórias dos presos que passaram por lá, com apoio do Fórum de Presos e Perseguidos Políticos. Eles contaram como era a vida no lugar". Somado a isso, como publicado

pela *Folha de S. Paulo* em 26/01/09, também foi lançado um site que permite consultas parciais daqueles que foram fichados pelo Dops no período de 1924 a 1983, além da promessa do governo federal de que a partir de março de 2009 será disponibilizado outro site contendo documentos produzidos durante a ditadura militar, além de arquivos do Serviço Nacional informações. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/01/09; Folha de S. Paulo – Opinião – 16/01/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 22/01/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/01/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/02/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/02/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/02/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 06/02/09; Jornal do Brasil – 21/01/09; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 16/01/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 24/01/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/02/09).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Diego Lopes Silva (Redator, graduando em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Felipe Rufino (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriel Murari (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES).